

BEN-HUR RAPOSO

O ESTADO

E

O TRABALHO



A. COELHO BRANCO F.º (Editor)

Rua da Quitanda, 9 ■ Rio de Janeiro

CAP. I — LIBERDADE E ORGANIZAÇÃO

Compatibilidade entre as liberdades cívicas e a organização profissional e econômica do trabalho. O liberalismo político e suas condições precipuas. A evolução do liberalismo. A democracia brasileira em face da evolução liberal. O "homo economicus" e o cidadão. Profissão e civismo. Socialismo e liberalismo. Paralelo de Benedetto Croce. Sociologia e Psicologia. A vida libertaria espiritual. O Estado e o individualismo. . .

7

CAP. II — OBJETIVOS POLÍTICOS DO ESTADO

O Estado e a coletividade. As funções de disciplina. A ação político-social e suas funções. As atitudes do Estado. A primeira atitude — contemplativa. A segunda atitude — valorativa. A função do Estado e a proteção do Trabalho. As atribuições socialistas do Estado nas Constituições Brasileiras. A terceira atitude — executiva ou administrativa. O fenômeno jurídico. O Direito e as leis. Processos da ação administrativa. As funções do Estado e a produção da riqueza. O Estado e as colaborações individuais

15

CAP. III — OS PROBLEMAS POLÍTICOS E SOCIAIS

A premissa e a universidade dos movimentos econômicos e sociais. A deficiência política da Revolução Francêsa. Os direitos do homem e a igualdade social. Reivindicações proletárias. Seus efeitos. As causas dos excessos reivindicatórios. O senso socialista das artes e ciencias. O extremismo e o conservantismo. A experiencia dos outros países. O acôrdo entre o Capital e o Trabalho

27

CAP. IV — O CAPITAL E O TRABALHO

Elementos indispensaveis e complementares da riqueza. Antagonismos. O caos econômico. A riqueza. O sistema mercantil. A escola fisiocrática. Precursores do socialismo. A divisão tripartida de Deloncle. A escola socialista. O comunismo, o coletivismo e o socialismo agrario. Carl Marx. Prudhon. Propriedade agraria. O conflito entre o Capital e o Trabalho e a estabilidade social. Servilismo. O trabalhador nacional. Alberto Torres. O reajustamento do Capital ao Trabalho. O socialismo e as instituições burguêsas Conceitos de Teobaldo Nieva e Alessandro Malgarini

35

CAP. V — REIVINDICAÇÕES TRABALHISTAS

Trabalho e sacrificio. O trabalho na antiguidade. Trabalho e escravidão. Os entraves das reivindicações. O incremento da política reivindicatoria. A conferencia de Berlim em 1890. O Congresso Operario de Bienne em 1890. O Congresso

Operario Internacional de Zurich em 1897. As teses do Professor Decourtins A inciclica de Leão XIII. O Tratado de Versalhes. Sua importancia na questão social. O Bureau International du Travail. A duração do trabalho. A semana de cinco dias e a racionalização do trabalho. O Salario. Ferias. Acidentes no trabalho. Assistencia social. As vitorias parciais e a possibilidade da reforma social

45

CAP. VI—EXPRESSÃO POLÍTICA DO SINDICALISMO

A Revolução Francêsa e as ciencias sociais e políticas. O proletariado e a Revolução. O sistema feudal e o sistema burguês. O desenvolvimento do senso reivindicatorio. O coletivismo e a associação Primeiras manifestações. As corporações e sua deturpação. O desenvolvimento do coletivismo. As reivindicações e o senso coletivista. Sociabilidade e solidariedade. Coletivismo e profissionalismo. Os órgãos profissionais e o Estado. Suas recipricas funções. Os órgãos profissionais no Brasil. Os Sindicatos e os Consorcios Profissionais-Cooperativos. Luta social e profissionalismo. A arbitragem do Estado

57

CAP. VII—A SINDICALIZAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A sindicalização agraria. Decreto 979, de 6-1-1903. Decreto 6.532, de 20-6-1907. Os sindicatos e as cooperativas profissionais. Dec. 1.637, de 5-1-907. Decretos 19.770, de 19-3-1931, e 24.694, de 12-7-1934. Os fins dos sindicatos. Estatística do movimento sindical. Necessidade de órgãos profissionais sem funções politico-sociais. Consorcios Profissionais-Cooperativos. Dec. 23.611, de 20-12-933. Finalidades. Profissionais consorciaveis. Constituição, legaliação e funcionamento. Uniões, Federações e Confederações. Consequencias da sindicalização profissional. As anormalidades da ação reivindicatoria. O desvirtuamento da função sindical. A injunção política. Funções educacionais dos órgãos profissionais.

65

CAP VIII - A FORMA JURÍDICA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS

Característicos essenciaes das Sociedades Cooperativas. Sua forma jurídica "sui-generis". Distinção entre as sociedades comerciais e as cooperativas. Impossibilidade da prática do "ato de comércio". Outros característicos diferenciaes. Prova da não-comercialidade das sociedades cooperativas. Definições contrarias á tése comercialista. Aspécto social do problema. A concorrência com o comércio contribuinte. Como a legislação vigente respeitou esses interesses antagonicos. A imparcialidade do Estado. O comércio e as cooperativas. O equilibrio da ação governamental no estabelecimento dos processos socialistas. Sua ação harmonizadora

85

CAP. IX—COOPERATIVISMO, CRÉDITO AGRICOLA E CADASTRO RURAL

A legislação cooperativista. Decreto 1.637, de 5-1-1907. Caixas Raiffeisen e Bancos Luzzatti. Dec. n.º 17.339, de 2-6-1926. A Secção de Credito Agricola. Instruções complementares de 20-2-1929. Dec. 22.239, de 19-12-1932. Sindicalismo Cooperativista. Origens doutrinarias. A definição de Sarandy

Operario International de Zurich em 1897. As téses do Professor Decourtins A inciélica de Leão XIII. O Tratado de Versalhes. Sua importancia na questão social. O Bureau International du Travail. A duração do trabalho. A semana de cinco dias e a racionalização do trabalho. O Salario. Ferias. Acidentes no trabalho. Assistencia social. As vitorias parciais e a possibilidade da reforma social

45

CAP. VI—EXPRESSÃO POLÍTICA DO SINDICALISMO

A Revolução Francêsa e as ciéncias sociais e políticas. O proletariado e a Revolução. O sistema feudal e o sistema burguês. O desenvolvimento do senso reivindicatorio. O coletivismo e a associação Primeiras manifestações. As corporações e sua deturpação. O desenvolvimento do coletivismo. As reivindicações e o senso coletivista. Sociabilidade e solidariedade. Coletivismo e profissionalismo. Os órgãos profissionais e o Estado. Suas recipricas funções. Os órgãos profissionais no Brasil. Os Sindicatos e os Consorcios Profissionais-Cooperativos. Luta social e profissionalismo. A arbitragem do Estado

57

CAP. VII—A SINDICALIZAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A sindicalização agraria. Decreto 979, de 6-1-1903. Decreto 6.532, de 20-6-1907. Os sindicatos e as cooperativas profissionais. Dec. 1.637, de 5-1-1907. Decretos 19.770, de 19-3-1931, e 24.694, de 12-7-1934. Os fins dos sindicatos. Estatística do movimento sindical. Necessidade de órgãos profissionais sem funções politico-sociais. Consorcios Profissionais-Cooperativos. Dec. 23.611, de 20-12-1933. Finalidades. Profissionais consorciaveis. Constituição, legaliação e funcionamento. Uniões, Federações e Confederações. Consequencias da sindicalização profissional. As anormalidades da ação reivindicatoria. O desvirtuamento da função sindical. A injunção política. Funções educacionais dos órgãos profissionais.

65

CAP. VIII—A FORMA JURÍDICA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS

Característicos essenciaes das Sociedades Cooperativas. Sua forma jurídica "sui-generis". Distinção entre as sociedades comerciais e as cooperativas. Impossibilidade da prática do "ato de comércio". Outros característicos diferenciaes. Prova da não-comercialidade das sociedades cooperativas. Definições contrarias á tése comercialista. Aspécto social do problema. A concorréncia com o comércio contribuinte. Como a legislação vigente respeitou esses interesses antagonicos. A imparcialidade do Estado. O comércio e as cooperativas. O equilibrio da ação governamental no estabelecimento dos processos socialistas. Sua ação harmonizadora

85

CAP. IX—COOPERATIVISMO, CRÉDITO AGRICOLA E CADASTRO RURAL.

A legislação cooperativista. Decreto 1.637, de 5-1-1907. Caixas Raiffeisen e Bancos Luzzatti. Dec. n.º 17.339, de 2-6-1926. A Secção de Credito Agricola. Instruções complementares de 20-2-1929. Dec. 22.239, de 19-12-1932. Sindicalismo Cooperativista. Origens doutrinarias. A definição de Sarandy